



(Fonte: “Retrato de Mario de Andrade”, por Lasar Segall. Reprodução)

Mario de Andrade é referência fundamental, além de ícone do movimento modernista no Brasil.

O amor ao todo: digitais marioandradianas

Mario de Andrade foi uma figura fundamental na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional

* Helena Bomeny

Resumo

O texto trata de Mário de Andrade e de sua importância no estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Neste processo, o destaque ao encontro com os mineiros e a relação tensa com a política.

Palavras-chave: Modernismo; Política; Patrimônio histórico nacional

No Prefácio ao livro de Paulo Duarte republicado em 2022 — “Mario de Andrade por ele mesmo” — o crítico literário Antonio Candido se refere à geração de homens nascidos entre aproximadamente 1890 e 1905 como decisiva para o desenvolvimento da cultura no Brasil. (...) *Raras vezes esta conheceu uma série equivalente de homens que pesaram tanto no seu destino e definiram com tamanho empenho os seus rumos...* [8] Entre as figuras enaltecidas, está, indiscutivelmente, Mário de Andrade (1893-1945). Neste ano de 2022, centenários vêm sendo festejados, entre eles, o da Semana de 22, associada ao movimento modernista no país, provocando a menção indispensável à figura de Mário de Andrade.

Celebrações são momentos em que memórias são acionadas e junto delas, seus contrapontos. As manhas da memória são matéria de alerta na historiografia. O que se valoriza, o que se omite, o que deliberadamente se esquece. A Semana de 22 não ficou imune a este alerta dos críticos. O modernismo não estaria apenas ali representado, nem como data, nem como região. Nem 1922, sequer São Paulo, exclusivamente. Há toda uma reação na literatura com exposição de iniciativas espalhadas em outros pontos do país, com relativização do próprio evento representado na Semana. Não há espaço nestas notas para uma recuperação de todas as contribuições, o que valeria como esforço sintetizador e estimulador de novos debates. Neste texto, estarei mais concentrada em um personagem

da Semana, sobretudo ao que a ele se associa, com propriedade, na formulação de política pública no campo da cultura e das artes.

Falar da Semana de 22 é falar de Mário de Andrade. Referência fundamental, além de ícone do movimento modernista no Brasil, Mário de Andrade é considerado pai fundador de uma política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro. Embora extensa em seu significado, a definição parece ser econômica em se tratando de Mário.

Em 9 de outubro de 1893, nasceu Mário de Andrade em São Paulo. A música foi referência desde a infância. Em 1911 inicia estudos no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Música, literatura e cultura foram sempre balizadores do tônus vital do modernista. Veio desta vocação de infância a primeira troca afetiva constante e a dor que não superaria ao longo da vida. A perda abrupta do irmão — seu parceiro na dedicação à música, parceria sempre azeitada com as torcidas da família sobre quem haveria de ter mais talento — interromperia, definitivamente, o curso natural da expectativa e do sentimento de disputa fraterna, jogando Mário no mergulho de profunda depressão e isolamento. Aprendemos com José Miguel Wisnik que, na volta de seu refúgio provocado pela dor, Mário se torna vítima de um tremor nas mãos que o impediu de prosseguir ao piano. O escritor então, nos conta Wisnik, “*nasce das cinzas do músico*”...

Em 1917 se diploma em piano pelo Conservatório e publica “Há uma gota de sangue em cada poema”, e faz a viagem a Minas. Encontra

o barroco mineiro, visita Alphonsus de Guimaraes, inicia sua “*Marginália*” e entra em contato com a modernidade na Exposição Malfatti. O que desse primeiro movimento se segue terá nos anos 1920 expressão fiel da obsessão de Mário pela cultura brasileira e sua preservação como patrimônio sagrado. Volta a Minas, em 1924, já tendo vivenciado como protagonista a Semana de 22. Encontra Carlos Drummond e Pedro Nava, os jovens mineiros que faziam da Rua da Bahia em Belo Horizonte espécie de trajeto à depuração intelectual e ao desfrute juvenil. Fez parte do grupo de *Klaxon*, publicou poemas na sua “*Paulicéia desvairada*”, manteve intensa correspondência com Manuel Bandeira, escreveu e publicou, em 1928, sua grande obra, “*Macunaíma*”. Viaja ao Nordeste com equipamentos de etnógrafo, colabora com as revistas modernistas “*Antropofagia e Verde*” (1928). Quando chega a 1930, já tem acumulados os talentos geniais de músico, poeta, escritor, etnógrafo, crítico de arte, missivista, autor de crônicas e matérias jornalísticas. Chega a 1930 com 37 anos. E por que a importância do pós-1930 neste texto que teve nos anos 20 sua motivação primeira? Porque será na década de 1930 que Mário de Andrade estará posto à prova como executor de sonho gigantesco acumulado nas viagens, contatos, leituras, conversas e no talento de buscar o que seria a alma do país, a sinfonia do país, o que deveria ser preservado, cultivado e apresentado como brasileiro antes de qualquer interferência (Figura 1).

Figura humana hiperbólica, deixou um patrimônio afetivo,



(Fonte: Arquivo/Agência O Globo. Reprodução)

Figura 1. Grupo organizador da Semana de Arte Moderna de 1922, com Oswald de Andrade à frente (sentado no chão) e Mario de Andrade em pé, à esquerda.

cultural e, sobretudo, de amizade em uma vasta correspondência que, como acreditou firmemente Paulo Duarte, feita para “ser publicada”. O poeta Drummond se comovia ao lembrar a força das cartas recebidas; o jovem Fernando Sabino foi daqueles eleitos a ouvir a voz das muitas mais experiências que Mário acumulava. Manuel Bandeira, Sergio Milliet e Paulo Duarte seriam receptores de sentimentos mais subjetivos, íntimos, do escriba compulsivo. As cartas ganhavam seus destinos em pontos variados. “Eu sofro de gigantismo epistolar”, disse nosso modernista mais de uma vez. E de fato, se espalhavam chegando a Murilo Mendes, Álvaro Alvim, Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Pedro Nava, Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Tarsila do Amaral, Oneyda Alvarenga, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Moacir Werneck, entre outros tantos ilustres. Cada destinatário provocava um tipo de mensagem. Assistência intelectual, companheirismo, orientação crítica, ensino e, acima de tudo, amizade, em verdadeira pedagogia amorosa.

Até o ministro Capanema chegou a receber algumas poucas. Para este, fica sempre a sentença por Mário proferida: diante do “ministro”, que o inibia, o subalternizava, ele se esquecia do “amigo” Capanema. O amigo veio do encontro com os mineiros em suas viagens a Minas. Tertúlias em volta de livros, conversas em cultura, irmandade nos ideais de civilização. O ministro apareceu pelos portões da política, portanto do poder, sempre sinalizando que não havia ali uma relação horizontal de amigos...

Em minha avaliação, o contato com Minas, com a primeira geração modernista mineira, foi decisivo no rumo que se traçou de participação ativa de Mário de Andrade na política cultural. E foi por um contato descompromissado, alentado pelo prazer da troca intelectual, do compromisso com o Brasil e do encontro com amigos, que Mário ficou conhecido como aquele a quem se deve acionar para execução de projetos de governo no campo da cultura e da arte.

Um apaixonado em ação institucional

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto nº 19.402 de 14 de novembro. Francisco Campos, jurista e articulador político de Minas Gerais, foi o primeiro titular daquela pasta e acabou sendo uma referência no campo educacional pela grande reforma do ensino de 1931 (Decreto nº 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931). Campos já havia se ensaiado no tema da reforma educacional nos anos 1920 em Minas. Educação era matéria sobre a qual refletira e atuara em seu estado natal com vistas à modernização do campo educacional e atenção a práticas consideradas pela ciência nos países centrais. A Reforma de 31 foi bem mais ampla e teve vigência até os anos 1960. Um dos capítulos da Reforma Campos dizia respeito exatamente à formulação do

“Neste ano de 2022, centenários vêm sendo festejados, entre eles, o da Semana de 22, associada ao movimento modernista no país, provocando a menção indispensável à figura de Mário de Andrade.”

ensino do Instituto Nacional de Música. Veio daí o primeiro convite para participação de Mário de Andrade na política nacional. Mário de Andrade, Luciano Gallet e Sá Pereira foram acionados para integrarem uma comissão que se responsabilizaria pela reforma do ensino de música. O empenho foi tão grande quanto a frustração, aprendemos com a leitura da correspondência de Mário de Andrade. E estavam ali os sinais do que se cruzou de forma definitiva em sua atuação política como gestor de projetos para cultura: compromisso apaixonado e desencanto crescente com os procedimentos a que estava submetido.

Trabalhamos heroicamente Luciano Gallet, Sá Pereira e eu. Pra quê? Pra o nosso ingenuíssimo idealismo se destruir todinho ante um organismo burocrático irremovível. E aliás fatal. Pra se reformar o Instituto, da maneira que imaginamos, carecia por à margem uma quantidade tal de professores, que nem o próprio Governo podia arcar com mais essa despesa. Hoje aliás sou o primeiro a confessar que a nossa reforma era irrealizável. Nós também estávamos delirando, naquele delírio de boa-vontade e esperança de perfeição, que tomou todos os Brasileiros inocentes, com os fatos da

*revolução de 30
(Mário de Andrade a Capanema em 30 de abril de 1935).*

Vários sinais proféticos já estão aqui anunciados. A dedicação hercúlea e obsessiva a tudo em que se envolvia na política cultural; a convicção de que havia que transformar o existente em algo inteiramente novo; o sentimento idealista e a noção de realidade diante de circunstâncias restritivas e um desencanto que, à altura de 1935, já se impunha aos que, como ele, mas não só entre os modernistas da primeira geração, apostaram no vento renovador que se anunciava com a "revolução de 30". Os pioneiros da Educação Nova, outro grupo de intelectuais que com paixão semelhante se envolveu com as reformas educacionais já podiam dar testemunhos semelhantes.

Mas 1935 trouxe mais esperança também. Desta vez em São Paulo onde, com paixão semelhante e talvez ainda mais turbinada, Mário se entrega à organização do Departamento Municipal de Cultura. O capítulo desse envolvimento é daqueles que talvez melhor traduzam o ímpeto do modernista na realização de um grande projeto público em favor da cultura. As aventuras no Departamento ficaram conhecidas: criou os parques infantis e a Biblioteca Municipal, enviou ao Nordeste a primeira missão de pesquisa folclórica, contratou o casal Lévi-Strauss para ministrar curso de Etnologia em São Paulo, criou a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo, tornando-se seu primeiro presidente e finalmente, em 1937, a pedido

do ministro Gustavo Capanema, projetou a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), depois SPHAN, adiante IPHAN. A ideia de patrimônio ia se estruturando tecida com as digitais de Mário de Andrade. Pensar o moderno a partir do próprio Brasil cobrava disposição gigante. A agenda daquele ambicioso programa de cultura cobria as atividades do teatro, do cinema educativo, da fotografia, da rádio escola, das salas de concertos, das discotecas, das peças a serem preservadas, dos museus até os expedientes de catalogação e preservação de bens e ambientes culturais a serem alçados à categoria de patrimônio histórico e cultural. Arte erudita e arte popular de interesse folclórico, gravação de discos, organização de exposições pedagógicas nos parques infantis e nos estabelecimentos de ensino, conferências e promoção de cursos, cuidados com orquestra e banda municipais e seleção/proibição de obras e atividades que pudessem contrariar as leis ou que fossem perniciosas à infância e à juventude. Uma rotina de diretor do que se transformaria a mais ampla e estrutural divisão do Departamento Municipal de Cultura. O amor ao todo teria seu ensaio prático nesta atribuição gigantesca.

São Paulo havia vivido o trauma da Revolução de 1932, já no ensaio de reação à política de Vargas. Revitalizar a vida cultural da cidade restabelecendo as bases democráticas se tornaram bandeira de um conjunto bastante ativo de integrantes da elite paulista chamados de "ilustrados". Estavam entre os liberais, Júlio de Mesquita Filho,

“Pensar para o Brasil seria pensar com conhecimento da diversidade cultural pelas expressões locais, compor o acervo da cultura e do patrimônio histórico brasileiro que demandava registro, classificação e tratamento.”

Armando de Sales Oliveira, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte e Fábio Prado (prefeito da capital), todos ligados ao Partido Democrático, e que compuseram o governo de São Paulo após a Revolução de 1932. Entre os anos 1933 e 1937 esse grupo acrescido de outros intelectuais, se mobilizou pela elaboração de um projeto nacional que partiria de São Paulo. O diagnóstico crítico e negativo com relação à educação e à falta de valorização da cultura orientava o grande projeto de fortalecimento de um campo de atuação que deveria ser espelho para a nação. O desenvolvimento e a reestruturação da sociedade paulistana seriam conduzidos com a força desse grande empreendimento. Veio desse grupo a iniciativa de criação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933 e a Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Na liderança e como confirmação dessa disposição, um Departamento específico:

Departamento Municipal de Cultura e Recreação de São Paulo.

Um projeto ambicioso que contou com uma constelação de ilustrados para sua realização. O prefeito Fábio Prado estimulou o grupo. Toda a criação associada ao Departamento está documentada no livro de Paulo Prado mencionado no início deste texto. Efervescência e entusiasmo tomaram conta de toda aquela conjuntura paulista de restauração da dignidade local ferida com o confronto. Sentimentos que extravasavam o Departamento. Seu sucesso se constituiria em modelo para todo país. Estaria ali o germe do Instituto Brasileiro de Cultura. Começaria em São Paulo com um Instituto Paulista, garantido pelo governo Armando Sales. Com Armando Sales na presidência da República, voo maior, apostavam, alçaria a Instituto Brasileiro em uma concepção como Fundação liberta da influência política, com sede na capital, Rio de Janeiro, além de São Paulo e outros núcleos em Minas, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará... Entre comovido e assustado com tamanha responsabilidade, Mário de Andrade profetizou em duas frases certeiras ao amigo Paulo Duarte, autor do convite e da insistência para que assumisse o Departamento: *“Você vai acabar com o meu sossego, m’ermão”* e *“Te odeio, Paulo, por você ter-me excitado a vaidade com essa diretoria do Departamento de Cultura...”*

Vinha nosso personagem bastante equipado para a função: todo o legado de observador participante das

expedições e caravanas a Minas (1917, 1919 e 1924), à Amazônia (1927) e ao Nordeste (1928 e 1929). A redescoberta do Brasil para os brasileiros. Pensar para o Brasil seria pensar com conhecimento da diversidade cultural pelas expressões locais, compor o acervo da cultura e do patrimônio histórico brasileiro que demandava registro, classificação e tratamento. As viagens exploratórias tinham essa função. A Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF) talvez seja a expressão mais fiel, e também mais rica em suas realizações, do projeto de Mário para a cultura. A atenção aos mais diversos aspectos da cultura e a decisão de incorporá-los em um programa de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional — o grande legado de Mário para a política cultural no Brasil — tiveram nos dois anos de atividades da SEF um laboratório de experimentação como ressonâncias no que o próprio Mário rascunhou como primeiro projeto da instituição nacional que o ministro Gustavo Capanema encomendou para cuidar do acervo cultural brasileiro. Pensar o moderno a partir do próprio Brasil. Compreensíveis os sentimentos de paixão e susto.

Foram três anos frenéticos derealizações. A correspondência de Mário é mais uma fonte para o acompanhamento do modernista na política e das ambições inscritas na programação daquele departamento. São relatos contínuos sobre a urgência empenhada no “fazer tudo”. Mário concebeu a cultura por uma noção incorporadora e extensa. Popular e erudito; sons e

imagens; rituais e monumentos; crenças e manifestações sonoras. Devoção e trabalho de equipe. A democratização da cultura, de um lado, e a inclusão de muitas dimensões ao que seria considerado bem cultural, de outro, produziram a noção holista de cultura, que acabou extravasando para o conceito de patrimônio associado ao poeta modernista.

Democrático demais para o roubo autoritário que se avizinhava. Interrupção violenta com requintes de acusações ofensivas ao caráter de alguém que preza sua própria dignidade foi um desfecho ferino a um experimento daquela envergadura. A saída de Mário do Departamento provocou reações de indignação como a expressa por Pedro Nava ("A angina de peito de Mário Raul de Moraes Andrade começou na ponta da pena punhal que assinou o ato de seu afastamento do Departamento de Cultura") [1]. O médico fazia questão de detalhar o que diagnosticava: *"cominar a outro um desgosto e uma amargura incessantes como é hábito dos inconscientes, dos invejosos, dos maus, dos rancorosos, dos ingratos e dos perseguidores — esse bombardeio das artérias coronárias — tem o mesmo valor dum tiro de revólver"*... Paulo Duarte não fez por menos. *"A expulsão de Mário de Andrade do departamento causou-lhe um estado de choque espiritual do qual nunca mais voltaria"* [9].

Os anos seguintes à expulsão do Departamento foram de fragilidade, insegurança, doenças continuadas, precariedade de vida. Dessas estratégias difíceis de compreensão, o que restava

a este profissional inteiramente dedicado à política cultural estava no Ministério da Educação sob a batuta de Gustavo Capanema. O ministro sabia e conhecia a capacidade daquele que com tanto compromisso rascunhava e defendia uma política para a cultura. O que se seguiu a esta brusca e traumática interrupção renderia ao poeta sensações especificamente dolorosas. Passou a se sentir abafado em sua cidade natal, envergonhado e humilhado, desconfiava de sua capacidade de resistir às rodas de convívio na sociedade paulistana. Sensibilidade ferida e exposta. Morrera um pouco naquele episódio, certamente diagnosticado por Pedro Nava: *"Tenho me esqueletizado em meu ser psicológico"*, diria ao amigo Duarte em abril de 1938. Que saída seria possível? Haveria na capital do país, sede do Ministério da Educação, alguma chance de trabalho, reencontro consigo mesmo, ampliação ou restauração de laços perdidos pela convulsão a que fora submetido? Foi estimulado a pensar que sim. Espécie de clínica de recuperação, distanciamento do local da ferida. Mas o exílio nem sempre cicatriza feridas abertas. Pode, ao contrário, como vimos nos livros de Moacir Werneck e de Paulo Duarte, provocar além da ferida aberta existente, outras laterais tão dolorosas quanto.

Em mais um dos paradoxos da política estadonovista, encontramos o Ministério da Educação de Vargas amortecendo a ofensiva da própria política de Vargas. Mário é expulso do Departamento de Cultura de São Paulo em decorrência do golpe de 1937, que instala as interventorias

do Estado Novo. Mário de Andrade é recebido na então capital federal pelo titular de uma pasta ministerial mantida pelo próprio Estado Novo. Ministério alinhado à política estadonovista. Incorrigível, não se furta ao envolvimento compulsivo no programa de preservação e institucionalização do patrimônio histórico artístico e cultural brasileiro. Sua correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945) é o testemunho inequívoco de sua autoridade no assunto e sua disposição em ajudar na formulação de políticas continuadas de preservação. Esta que foi caracterizada como a *"Idade de Ouro do Patrimônio"* teve nesta interlocução combustível refinado.

Pedro Nava e Moacir Werneck, amigos, tentaram amenizar o distanciamento que Mário sentia de tudo seu. Casa, o que de família ainda restava, convivência no ambiente de vida inteira, tudo lhe faltava no Rio. Em certo sentido, e dramático sentido, o Rio representou o que ele deixou claro nas duas referências que acionamos antes. O aparato inamovível da burocracia e a perda do amigo diante do ministro, revelando o quanto o poder instaurado invade relações pessoais, de amizade, de cumplicidade depravando-as completamente. Mesmo alquebrado, não encontramos em qualquer documentação que envolva Mário de Andrade resquício de desistência. De descrença no Brasil. De arrefecimento da urgência em capturar os movimentos de tonalidade variada que teceriam esta nação. Fragilidade com compromisso. Tão forte foi esta combinação

que sua associação à política do patrimônio jamais foi relativizada entre nós. E veio de um mineiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a permanência e constância que processos de institucionalização exigem. Trinta anos à frente do SPHAN. E de outro poeta mineiro, Carlos Drummond de Andrade, fiel escudeiro em toda comunicação que poderia facilitar do lugar de “poeta-funcionário” em que se encontrava Drummond no SPHAN. Mas este é outro capítulo nas memórias de nossos patrimônios nacionais que vindos das décadas iniciais da República, mantêm-se vivos reclamando nossa atenção.

* **Helena Bomeny é socióloga, professora titular do Instituto de Ciências Sociais da UERJ. Pesquisadora aposentada do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro. Autora, entre outros, do livro “Um poeta na política. Mário de Andrade. Paixão e compromisso”.**

Referências

1. ANDRADE, M. *Correspondente contumaz* (cartas a Pedro Nava) 1925-1944. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
2. ANDRADE, M. *Mário de Andrade: cartas de trabalho*. Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC/SPHAN/pró-memória, 1981.
3. BOMENY, H. O patrimônio de Mário de Andrade. In: BOMENY, H. (ed.). *A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação do Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p.11-26.
4. BOMENY, H. *Um poeta na política. Mário de Andrade, paixão e compromisso* (Coleção Modernismo + 90). 1ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012, p. 138-171. A correspondência entre Mário de Andrade e o ministro Gustavo Capanema está publicada em uma seção “Correspondência” no livro de Helena Bomeny.
5. BOTELHO, A.; HOELZ, M. *O modernismo como movimento cultural. Mário de Andrade, um aprendizado*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
6. CARDOSO, R. *Modernidade em preto e branco. Arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
7. CASTRO, M. W. *Mário de Andrade. Exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
8. DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo* (Prefácio de Antonio Candido). São Paulo: Todavia, 2022.
9. DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971.
10. JARDIM, E. *A morte do poeta*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.
11. JARDIM, E. *Eu sou trezentos - Mário de Andrade: vida e obra*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.